



Carlos Chiarelli, ex-ministro da Educação de Collor: muitas explicações ao depor na CPI da máfia do Orçamento

Chiarelli: verbas a pedido de Alves

BRASÍLIA — O ministro da Educação no Governo Collor, Carlos Chiarelli, confirmou ontem que liberava verbas de subvenções sociais com base numa lista de parlamentares que o deputado João Alves (sem partido-BA) dizia ser da Comissão de Orçamento. O esquema das listas enviadas por João Alves também foi confirmado à CPI pela ex-ministra da Ação Social Margarida Procópio.

Carlos Chiarelli, citado pelo economista José Carlos Alves dos Santos, convenceu a CPI de que não esteve envolvido com irregularidades de verbas orçamentárias.

— Depoimentos como este nada acrescentam à CPI — afirmou, ao final do depoimento, o relator da CPI, Roberto Magalhães (PFL-PE).

Carlos Chiarelli atribuiu a pagamentos de aluguéis oito cheques suspeitos, que totalizam US\$ 6,2 mil, pagos de fevereiro a

agosto de 1992 a sua mulher, Heloísa Calheiros. Os cheques foram pagos pela Engeconsult, empresa que está sendo investigada pela Polícia Federal, por desvio de verbas da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no Rio Grande do Sul, quando Heloísa Calheiros era a superintendente regional da entidade. Um dos sócios da Engeconsult é Mário Calheiros, irmão da mulher de Chiarelli.

A Engeconsult e a Marma Construções, também de propriedade de Mário Calheiros, foram denunciadas pela ex-secretária Alane de Figueiredo Anselmo. Chiarelli disse que alugou a Mário Calheiros um apartamento de sua propriedade em Porto Alegre. O pagamento recebido por sua mulher se deve aos aluguéis e a móveis e objetos de cozinha do apartamento, que ficaram com o cunhado, segundo Chiarelli.